




A problemática dos marxismos e sua incorporação pelo Serviço Social brasileiro

The Problematic of Marxisms and Their Incorporation into Brazilian Social Work

Silmai Lazaro Neves Dutra*

 <https://orcid.org/0000-0003-1703-9596>

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar a problemática dos marxismos, suas distorções e incorporações na América Latina, especialmente no Brasil e no Serviço Social. A metodologia adotada baseia-se em revisão bibliográfica sobre o tema. O estudo argumenta que a versão oficial do marxismo, difundida como ideologia de Estado sob a liderança de Stalin, influenciou negativamente sua recepção na América Latina. Conclui-se que, no Serviço Social brasileiro, em meio ao contexto autocrático-burguês, essa incorporação ocorreu de forma problemática, sobretudo nas fases iniciais de aproximação à tradição marxista. Contudo, com a inserção do Serviço Social na universidade e com o paulatino processo de redemocratização do país, consolidaram-se tanto um diálogo mais qualificado com distintas vertentes da tradição marxista quanto um amadurecimento teórico-político profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Marxismos; Serviço Social; Regime autocrático burguês.

ABSTRACT

The article aims to analyze the issue of the “Marxisms,” their distortions and appropriations in Latin America, especially in Brazil and in Social Work. The adopted methodology consists of a bibliographic review on the subject. The study argues that the official version of Marxism, disseminated as a state ideology under Stalin’s leadership, negatively influenced its reception in Latin America. It concludes that, in Brazilian Social Work, within the autocratic-bourgeois context, this incorporation occurred in a problematic manner, particularly during the initial stages of engagement with the Marxist tradition. However, with the inclusion of Social Work in the university and the gradual process of the country’s redemocratization, both a more qualified dialogue with different strands of the Marxist tradition and a theoretical-political professional maturation were consolidated.

KEYWORDS

Marxisms; Social Work; Bourgeois autocratic regime.

*Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). Assistente Social e Doutorando em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). E-mail: silmai.dutra@ufjf.br

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p52-68



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

O presente estudo integra parte dos achados da pesquisa *Tradição marxista e os problemas da dialética no Serviço Social brasileiro (1960–1982)*, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF)¹. Tais reflexões orientaram-se pelo esforço de compreender o movimento de aproximação e interlocução entre o Serviço Social brasileiro e a tradição marxista. Nesse sentido, o presente trabalho organiza-se em três partes, além desta breve introdução.

Em um primeiro momento, realiza-se um resgate histórico da trajetória dos marxismos no seio da II e da III Internacionais, com ênfase em suas contradições. Tal abordagem revela-se relevante, na medida em que as influências dos marxismos oriundos dessas Internacionais incidiram sobre determinados grupos de militância político-partidária no Brasil. Desse modo, objetiva-se analisar a problemática dos marxismos, inicialmente em âmbito mundial, para, em seguida, situá-la na realidade brasileira, sobretudo no campo do Serviço Social. Assim, em um segundo momento, discorre-se sobre a inserção da tradição marxista no Brasil no contexto da autocracia burguesa. Por fim, no terceiro item, abordam-se os marxismos filtrados por esses grupos, demonstrando-se como incidiram, ora por meio de distorções e simplificações, ora mediante incorporações bem-sucedidas, sobre parcelas da categoria profissional dos assistentes sociais. Tal movimento revela que a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista avançou ao longo do tempo, efetivando saltos qualitativos.

A metodologia adotada constitui-se em pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. Nessa construção analítica, as obras consultadas são majoritariamente de pensadores/as marxistas e de autores/as vinculados/as ao Serviço Social brasileiro, com destaque para José Paulo Netto. Observa-se que, embora a análise da relação entre os marxismos e o Serviço Social não tenha constituído objetivo central da pesquisa de Netto (2011a), os estudos por ele desenvolvidos em *Ditadura e Serviço Social* figuram entre os mais avançados nesse campo (Dutra, 2018, p. 183). O referido autor também se notabilizou como importante marxista, autor de diversas obras e divulgador do pensamento de Marx. Por essa razão, optou-se por fundamentar este trabalho, principalmente, em suas análises (Netto, 1981, 1989, 1997, 2006, 2011a, 2011b, 2014, 2017).

A trajetória histórica dos marxismos: I, II e a III Internacionais

A I Internacional — Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) — emergiu em 1864. Sua fundação contou com a participação ativa de Karl Marx e Friedrich Engels, tratando-se de uma organização política gestada com o objetivo de reunir partidos e associações

¹O objetivo geral da pesquisa foi analisar o movimento de interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista no Brasil, no período de 1960 a 1982, bem como examinar a qualidade da apreensão da dialética por intelectuais da profissão. Em razão da escassez de bibliografia referente à interlocução nos anos 1960, a análise concentrou-se nos dois momentos indicados por Netto (2011a): o Método Belo Horizonte (Método BH) e a dissertação de mestrado de Iamamoto (de 1982). Registra-se, por fim, que a obra original de Faleiros — *Trabajo Social: ideología y método* de 1972 — não foi localizada e que sua edição brasileira de 1997 sofreu alterações substanciais, o que inviabilizou sua análise.

socialistas da época. Marcada por intensas divergências internas entre seus membros — anarquistas, marxistas, socialistas, entre outros — e impactada, entre outros fatores, pela derrota da Comuna de Paris (1871), a AIT caminhou para sua extinção em 1876 (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 231).

De acordo com Netto (1981), em 1882, o termo *marxismo* começou a circular, sendo divulgado especialmente por Karl Kautsky. Assim, embora o chamado marxismo da II Internacional não tenha se constituído como um bloco homogêneo — observe-se o caso de Bernstein, por exemplo, cujo reformismo fora impugnado por Karl Kautsky e Georgi Plekhanov, e, mais incisivamente, por Rosa Luxemburgo e Lênin (Netto, 2006, p. 42–43) —, a emergência de um pensamento marxista realmente só pôde ser demarcada a partir da transição para o século XX, quando o movimento socialista foi hegemônico pela III Internacional.

A II Internacional corresponde ao período de 1889 a 1914 (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 232). Foi fundada durante o Congresso Internacional de Trabalhadores, realizado em Paris, no mês de julho de 1889, por iniciativa de alguns dos primeiros marxistas, especialmente Engels. A organização reuniu partidos e sindicatos atuantes em diversos países da Europa, com o objetivo comum de construir o socialismo (Quiroga, 1991, p. 13). Netto (2006, p. 36–37) demonstra a importância da II Internacional na divulgação do legado marxiano, especialmente no tratamento de problemáticas desconhecidas ou não resolvidas pelo autor d’*O Capital*. Até a eclosão da Primeira Guerra mundial, a II Internacional

Funcionou como organismo que deu o tom do movimento operário revolucionário. No plano ideológico, a entidade desempenhou um papel que está longe de se exagerar: através de uma poderosa imprensa e um exército de publicistas, promoveu a divulgação massiva de ideias contidas na obra de Marx, colocou-as ao alcance de milhões de trabalhadores – em suma, conectou diretamente sugestões de Marx à prática política de massas operárias (Netto, 2006, p. 36).

Entretanto, o referido autor também nos mostra que, além dos problemas e equívocos relacionados à própria concepção teórica de diversos intelectuais vinculados à II Internacional, outros fatores igualmente lhes foram desfavoráveis, como, por exemplo: as dificuldades impostas pelas exigências imediatas da luta de classes, que muitas vezes exigiam certa simplificação do conhecimento teórico com o intuito de mobilizar a classe operária; a complexidade da obra marxiana — que à época ainda sofria com o ineditismo de determinados textos —; a necessidade de simplificação das obras de Karl Marx para fins de posterior vulgarização ou divulgação; bem como o predomínio de “um generalizado espírito positivista”, intensificado pela pressão da “cultura manipuladora da burguesia” consolidada e pelo grande prestígio das “ciências da natureza” naquele contexto histórico. (Netto, 2006, p. 36–37).

Assim, foi a partir deste contexto socio-histórico que se impôs uma determinada concepção da obra marxiana: aquela mais adequada às práticas políticas do Partido Social Democrata Alemão (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands – SPD*). Por estas vias, a referida concepção também passou a permear o campo da pesquisa teórica, de tal modo que lhe forneceu perfil e estrutura. No entanto, tal concepção entendia “a obra de Marx como uma sociologia científica que desvende o mecanismo da evolução social a partir da

análise da situação econômica” (Netto, 1981, p. 19). Nessa perspectiva, torna-se crucial destacar as ingerências *positivistas*; as considerações mecanicistas que afirmavam uma *inevitável transição socialista* como corolário evolucionista, além do *economicismo fatorialista* — e aqui Netto (1997) nos recorda das *monocausalidades* redutoras criticadas com razão por Weber, com a importante ressalva de que o autor de Erfurt “transfere uma leitura precisa para o conjunto da obra” (Netto, 1997, p. 82).

Já no período que se abre em 1919/1920, critica-se o marxismo da II Internacional, então denominado de “marxismo vulgar”. Nesse momento, “O marxismo da Segunda Internacional [...] é objeto de uma crítica teórica que [é] arranca[da] diretamente da situação política [;] e a ruptura com ele, a curto prazo, é mais uma ruptura política que uma ultrapassagem do seu referencial teórico” (Netto, 1981, p. 22).

Com grande prestígio, em 1919, constitui-se a III Internacional (ativa até 1943). Nesse contexto, conforme observa Netto (1981), realiza-se uma crítica à II Internacionalem um patamar qualitativamente superior. Contudo, a perspectiva responsável pela crítica não consegue se desenvolver, e a partir de 1925, por motivos de natureza política, sua expansão é estreitada. Ocorre que os promotores dessa vertente crítica passam a ser considerados “desviacionistas”, em virtude de suas inclinações políticas, pela direção da própria III Internacional (Netto, 1981, p. 24).

Assim, com o peso adquirido pelo partido russo no interior da III Internacional, a partir do final da década de 1920, o partido gradativamente a transforma em um instrumento por meio do qual passa a enquadrar a atividade dos comunistas a ela vinculados. E “[...] esta transformação acompanha simetricamente a instauração, na URSS [União das Repúblicas Socialistas Soviéticas] da autocracia *stalinista* [...]”; (Netto, 1981, p. 25). Desse modo, “a evicção ou a neutralização dos críticos da concepção teórica da *II Internacional* é paralela à imposição, por via administrativa, de outra concepção do marxismo, que atende às necessidades político-ideológicas da autocracia *stalinista*” (Netto, 1981, p. 25).

Com o chamado *stalinismo*, o marxismo dado à luz pela Segunda Internacional se converte numa ideologia de Estado – um discurso adequado para legitimar aparatos de poder. [...] Já nos anos [19]30, o marxismo está *institucionalizado*: investido como *ideologia oficial do Estado stalinista*, ele se torna uma linguagem e uma estratégia de poder (Netto, 2006, p. 50–51, grifo nosso).

Portanto, o partido russo “passa a impor ao movimento socialista revolucionário a sua própria concepção do marxismo” (Netto, 1981, p. 25) e, na década de 1930, essa concepção é institucionalizada no interior do pensamento socialista revolucionário. Assim, emerge o denominado “marxismo-leninismo”, que se distingue da concepção da II Internacional por se fundamentar essencialmente nas obras de Lênin. No entanto, segundo Netto (1981, p. 26), “[...] a ruptura que afasta Lênin da *II Internacional* é uma ruptura política – e o que se coloca como determinante, aqui, ultrapassa de longe a questão política”:

[...] antes, é uma questão concernente à teoria como um todo. E o contributo lenineano, no que é pertinente a este todo, é limitado: componentes muito significativos da obra de Lênin são estritos exemplos do molde de pensamento da II Internacional (que se pense, à guisa de ilustração, em *Materialismo e Empiriocriticismo*). Dadas as suas próprias condições de trabalho e de estudo, apenas nos inícios da Primeira Guerra Mundial é que Lênin pôde esboçar uma

reação teórica contra o marxismo da II Internacional (documentada nas suas anotações acerca da Ciência da Lógica, de Hegel); ele careceu, porém, de tempo e de circunstâncias favoráveis para aprofundar esta crítica. *Pois é exatamente a partir do Lênin que se mostra congruente com as concepções da II Internacional, herdeiro dos seus pressupostos teóricos, que se vai articular o marxismo-leninismo: um sistema global científico-filosófico que integra o movimento e a legalidade da natureza e da história na convergência de duas disciplinas, o materialismo dialético e o materialismo histórico. Todo o lastro positivista do passado recupera, com vigor, através de um didatismo que se efetiva segundo os padrões impostos pela vulgarização manualesca, a sua carta de cidadania: um epistemologismo sistêmico enlaça um conjunto categorial pobre e o mecanicismo e o evolucionismo são repostos pela ação de um reducionismo teórico modelar* (Netto, 1981, p. 26, grifo nosso).

Equívocos e até mesmo adulterações referentes às particularidades da obra marxiana foram sustentados tanto por detratores quanto por seguidores de Karl Marx (Netto, 2011b). Inseridas no âmbito da tradição marxista, determinadas deformações foram levadas a cabo sob a influência do positivismo no interior da II Internacional. Tais ingerências, cumpre dizer, não foram posteriormente superadas; ao contrário, incidências de cunho neopositivista também se manifestaram na III Internacional. É nesse contexto que se consolida a *ideologia stalinista*, a qual impulsiona uma vulgarização simplista da obra de Marx. Nas palavras de Netto (2011b), disso resultou

Uma espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (o materialismo dialético) e sua especificação em face da sociedade (materialismo histórico). Sobre esta base surgiu farta literatura manualesca, apresentando o método de Marx como resumível nos “princípios fundamentais” do materialismo dialético e do materialismo histórico, *sendo a lógica dialética “aplicável” indiferentemente à natureza e à sociedade, bastando o conhecimento das suas leis (as célebres “leis da dialética”) para assegurar o bom andamento das pesquisas. Assim, o conhecimento da realidade não demandaria os sempre árduos esforços investigativos, substituídos pela simples “aplicação” do método de Marx, que haveria de “solucionar” todos os problemas: uma análise “econômica” da sociedade forneceria a “explicação” do sistema político, das formas culturais etc.* (Netto, 2011b, p. 12–13, grifo nosso).

Para o autor acima citado, a diferença mais evidente entre a concepção da III Internacional e a da II Internacional reside no fato de que a primeira se operacionaliza em conformidade com os interesses do poder autocrático stalinista, de tal modo que o “[...] esforço teórico se degrada no exercício apologético e a investigação passa a servir às injunções manipuladas e manipuladoras que as necessidades políticas do dia-a-dia condicionam” (Netto, 1981, p. 26). Tal leitura da obra marxiana, construída pelas “estruturas de poder estatais e partidárias”, considerava-se a única interpretação correta de Marx, e esse fenômeno extrapolou, inclusive, a vigência da III Internacional. “Não é preciso dizer que, a partir do enquadramento realizado pelo marxismo oficial, tudo aquilo que a ele escapa [...] é rubricado como ‘desvio’, ‘falsidade’, etc. Instaura-se um marxismo ‘justo’, ‘verdadeiro’, que deve competir com o ‘não-marxismo’” (Netto, 2006, p. 52).

Esta concepção russa (mais corretamente: a concepção instrumentalizada pelo partido russo sob Stálin), contudo, é, no essencial, um mero desdobramento daquela que a II Internacional instituiu. A diferença notável que existe entre ambas é menos uma diversidade de conteúdo do que uma alteração na forma da sua institucionalidade, generalização e divulgação: agora, já não é mais uma

concepção a servir a um partido e a um movimento de massas que formalmente apostam na revolução socialista, mas uma concepção que legitima um poder de Estado muito particular e já constituído em nome dessa revolução (Netto, 1981, p. 25).

Portanto, aquele marxismo que emergiu com a II Internacional acabou se convertendo, através do stalinismo, numa ideologia de Estado que servia para legitimação dos aparatos de poder. Desse modo, tal marxismo institucionalizou-se como ideologia oficial do Estado. Contudo, o chamado marxismo oficial iniciou seu efetivo ocaso a partir de 1955 — e cumpre observar que a III Internacional havia sido extinta em 1943 (Netto, 2006, p. 51–60).

Com a “crise política” desencadeada no processo de sucessão de Stálin, o “marxismo-leninismo” entra em colapso. Nesse contexto, demarca-se um momento de inflexão: o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, e as denúncias de Nikita Khrushchov (Simionatto, 1999, p. 98). Este detonador, que contou, em cada país, com determinações endógenas essenciais, causou a implosão do marxismo-leninismo na América Latina. No Brasil, esse processo resultou na saída de milhares de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Netto, 2017, p. 265–266).

Entretanto, Netto (1981, p. 28) assevera que o colapso do marxismo-leninismo foi “[...] tão-somente o colapso de um aglomerado de dogmas articulador de uma apologética tributária de uma modalidade determinada de organização política”. Isto é, “Não tem nada a ver com uma pretensa crise do legado teórico de Marx; registra-se a crise de uma leitura, uma versão deste legado” (Netto, 1981, p. 28, grifo nosso).

A despeito da permanência de algumas das concepções do chamado *marxismo oficial*, a partir desse novo momento emergem ou “ressurgem tendências alternativas de pensamento e reflexão que encontram ressonância tanto entre os comunistas e seus partidos como em outros meios intelectuais” (Netto, 2006, p. 62). Trata-se, portanto, de um redimensionamento da tradição inspirada em Marx. Além das críticas dirigidas ao stalinismo, suscitou-se uma série de discussões sobre as mais distintas temáticas, sob a perspectiva de diversos autores — inclusive com significativas discordâncias entre eles. As distintas concepções acerca do legado marxiano perpassam, por exemplo, autores como György Lukács, para quem as proposições marxianas constituem “uma teoria da produção e reprodução do ser social”, e Louis Althusser, que concebe aquele legado como “um discurso epistemológico de novo tipo” (Netto, 2006, p. 70), entre outros.

No entanto, nesse novo cenário, o referido autor observa um fenômeno digno de nota: o surgimento de novas cisões no movimento revolucionário, que, por sua vez, cristalizam uma nova divisão “entre as correntes renovadoras da tradição marxista e aquelas apegadas a um novo dogmatismo (a versão inicial do maoísmo, as caricaturas albanesas e, no plano teórico mais sofisticado, o marxismo impregnado de neopositivismo como o de Althusser)” (Netto, 2006, p. 67).

Entretanto, o que importa demarcar com maior rigor é a diversidade que emerge, não sem controvérsias, a partir dos anos 1960, não em termos de marxismo, mas de *vertentes marxistas*, pois:

[...] “o marxismo” é uma ficção. Não há nada que, consensualmente, se possa reconhecer como tal. [...] o leitor pode concluir, legitimamente, que “o marxismo” é uma série de interpretações e acréscimos variados da obra de Marx, condicionados, cada um deles, por injunções históricas, culturais, políticas etc. [...]. Se se rotula esta tradição de “marxismo”, corre-se o risco de perder de vista sua enorme heterogeneidade – porque, se existem fios condutores que a identificam enquanto uma tradição, existem igualmente, e com a mesma relevância, componentes que peculiarizam numerosas propostas que a compõem (Netto, 2006, p. 75–77).

Portanto, o autor demonstra, a partir da análise histórica, que a tradição marxista se revela profundamente heterogênea, composta por múltiplas vertentes que, em diferentes momentos, entraram em conflito no cenário internacional. Se a matriz marxiana corresponde a um conjunto de ideias originais elaboradas por Karl Marx, a tradição marxista que dela deriva constitui, por sua vez, um conjunto heterogêneo de intérpretes e de interpretações que, após a morte de Marx, dedicaram-se à análise e à atualização de sua obra. Nesse sentido, questiona-se como essas correntes foram gestadas, recebidas e assimiladas intelectualmente, de maneira singular, nos diferentes e particulares contextos nacionais. No caso brasileiro, José Paulo Netto analisa essa assimilação nos marcos do que denominou de regime autocrático burguês (Netto, 2011a) — um regime que, amparado pela tutela militar, foi, segundo o autor, o “regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital” (Netto, 2014, p. 67) —, bem como no campo de estudos do Serviço Social.

Tradição marxista no Brasil no quadro da autocracia burguesa: uma incorporação problemática

As ideias de Marx e Engels chegaram à América Latina no final do século XIX, mais precisamente a partir da década de 1880. A partir de 1920, com os movimentos de organização autônoma do operariado, fundam-se os partidos comunistas e registra-se uma maior difusão das ideias marxianas e engelsianas, que se expandem de forma ainda mais significativa na segunda metade daquela década. Assim, “os anos 1920 constituirão a década fundacional do marxismo na América Latina” (Netto, 2017, p. 257).

Nos anos subsequentes — entre 1930 e meados da década de 1950 —, o “marxismo” consolida-se como uma importante referência na cultura latino-americana. Não obstante, parte significativa da produção intelectual dos marxistas do subcontinente, nesse período, encontrava-se “domesticada e amesquinhada” pelos cânones do chamado “marxismo-leninismo”, uma vez que a consolidação do “marxismo” na região ocorre em paralelo ao processo de stalinização que triunfa na URSS (Netto, 2017, p. 259–260).

Assim como em outros países do subcontinente, no Brasil, até 1950, o ainda incipiente acúmulo do pensamento marxista esteve diretamente vinculado aos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo Netto (2011a), com raríssimas exceções, é o “PCB que inaugura no Brasil a vertente do socialismo revolucionário que se reclama apoiado em Marx” (Netto, 2011a, p. 106). As elaborações dos marxistas brasileiros foram marcadas por diversas influências de caráter “negativo”, como a ausência de uma herança socialista, as frágeis tradições de reflexão filosófica, a carência de universidades e de

pesquisas, bem como a repressão contínua aos intelectuais do PCB, especialmente a partir de 1930. Todavia, a partir de 1955, começa a emergir uma tradição marxista que extrapola os limites do PCB, fenômeno que também se vincula ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956, e às cisões dele decorrentes no interior do próprio PCB. Nesse contexto, o autor citado destaca duas questões centrais: a primeira diz respeito à “*quebra do monopólio*” exercido pelo PCB; a segunda, já na transição para a década de 1960, refere-se à incorporação da tradição marxista por intelectuais desvinculados de organizações partidárias (Netto, 2011a, p. 107–108).²

No primeiro caso, o autor identifica vetores renovadores no PCB “que se expressam num giro político de profundas consequências táticas e estratégicas (concretizadas na Declaração de Março [do Partido em 1958]) e numa inflexão correlata ao nível de preocupação e da elaboração teórica [...]” (Netto, 2011a, p. 108). Porém, ambos (giro e inflexão) são abortados pelo *golpe de abril*. No segundo caso, na transição de 1950 para 1960, como já afirmado acima, a inspiração marxista efetivamente passa a rebater em investigadores sem vínculos partidários (como, por exemplo, Álvaro Vieira Pinto e Florestan Fernandes).

Entretanto, o processo de amadurecimento de uma tradição marxista no país — vinculado ao contexto de efervescência sociopolítica que se seguiu ao Golpe de 1964 — foi abruptamente interrompido pelo regime autocrático burguês e por sua correspondente política cultural; assim, o ambiente sociopolítico é tornado hostil ao desenvolvimento da referida tradição. Todavia, apesar de sua força, a ditadura não conseguiu extinguir o rebatimento das matrizes do socialismo revolucionário na cultura brasileira, mas, “ao interromper aquela dialética que vinha se operando entre interlocutores diferenciados”, a autocracia burguesa logrou um êxito dos mais importantes: “não só travou por ponderável lapso temporal esta constituição como, ainda, introduziu no seu andamento complicadores cuja solução demandará esforços de largo fôlego e a conjunção de inúmeras circunstâncias favoráveis [...]” (Netto, 2011a, p. 109).

Assim, o autor citado evidencia duas consequências imediatas da intervenção ditatorial: “A primeira [como já sinalizado acima] foi a ultrapassagem de qualquer monopólio político-partidário da inspiração socialista revolucionária [...], mas em condições extremamente desfavoráveis para a esquerda” (Netto, 2011a, p. 110, grifo nosso). Nesta ambiência, gestam-se grupos políticos que, se reclamando revolucionários, quase nada agregam ao acúmulo marxista no país. Tais grupos, em larga escala, recorriam a versões simplificadas da tradição marxista com o intuito de legitimar suas práticas políticas. Cabe lembrar que o Serviço Social estava inserido nessa mesma realidade e se confrontava com esses “marxismos”.

A proliferação de agrupamentos políticos reclamando-se revolucionários –

² Embora se enfatize a argumentação do autor citado, não se pretende desconsiderar a importância de outros sujeitos e espaços coletivos, como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Ação Popular (AP) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), na divulgação, reformulação e pluralização dos marxismos na realidade brasileira. Tais movimentos criaram espaços coletivos de formação política, promoveram debates e difundiram categorias marxistas e marxianas, favorecendo, de modo efetivo, a circulação de ideias e a reflexão sobre a realidade brasileira. Ademais, ainda que tais contribuições nem sempre se tenham mantido fiéis à teoria social de Marx, elas abriram caminho para apropriações mais rigorosas de Marx e de Marxistas.

dissidentes ou não do PCB – na segunda metade da década de sessenta, organizações de vida geralmente efêmera, é o símbolo incontestado daquela ultrapassagem. Dadas as circunstâncias em que surgiram esses agrupamentos (gerais: o clima repressivo; específicas: a sua intencionalidade política), compreende-se por que em quase nada contribuíram para acrescentar o acervo que vinha se gestando no pré-64. A frequente utilização de versões políticas particulares da tradição marxista (v.g., o maoísmo) para legitimar uma prática determinada (nomeadamente o confronto armado com a autocracia) fez do referencial teórico derivado de Marx um repositório de citações e fórmulas rituais. Se é verdade que protagonistas dessa quadra dramática da vida brasileira, sobrevivendo à guerra de extermínio que lhes moveu a ditadura, posteriormente puderam realizar aportes teóricos e críticos de valia, é igualmente verdadeiro que nestes segmentos da esquerda, generalizou-se uma cultura marxista de pacotilha, no seio da qual a petição voluntarista e praticista gestou um simplismo intelectual que se mostra inteiramente vulnerável a qualquer antagonista medianamente informado. As recidivas infantilizadas que parte das esquerdas experimentam com a crise da ditadura puseram em destaque, novamente, essa “cultura” marxista – com os resultados previsíveis e compatíveis com a sua indigência (Netto, 2011a, p. 110).

A segunda consequência do regime autocrático burguês — também relacionada, em certa medida, aos pensadores anteriormente mencionados sem filiação partidária — foi a criação de uma ambiência “favorável” à emergência do chamado marxismo acadêmico. A despeito de possíveis elementos positivos por parte deste marxismo, segundo Netto (2011a, p. 111), ele “recolocou e colocou componentes nefastos na cultura da esquerda”:

De uma parte, reforçou um velho traço nesta cultura: a substituição do exame das matrizes originais da teoria social revolucionária pela exegese de seus comentaristas e/ou vulgarizadores. De outra, introduziu tanto o oportunismo teórico quanto entronizou a crítica abstrata: as “fontes” ou “inspirações” não variam segundo exigências imanentes da reflexão, mas ao sabor de conjunturas e a avaliação do passado é posta sem a menor consideração concreta dos efetivos condicionalismos histórico-sociais e políticos que sobre ele incidiram, operando juízos de valor francamente moralistas (quando não filisteus) (Netto, 2011a, p. 111).

Portanto, a ditadura golpeou aquela *cultura de esquerda* que vinha se adensando em meados de 1960 (juntamente com a tradição marxista) e obstou mesmo a sua recuperação naqueles moldes anteriores ao *regime de abril* (Netto, 2011a, p. 111).

A política cultural da ditadura constituiu outro fator relevante a ser considerado na análise de como o regime autocrático tensionou e comprometeu a emergência de uma tradição marxista qualitativamente superior no país. Para isso, determinadas “políticas” adotadas pelo regime acabaram por criar um cenário propício ao florescimento de vertentes de cunho irracionalista.

Ao analisar a política cultural, Netto (2011a) constata algumas das ingerências do *Regime de abril* sobre o seu redimensionamento. O que importa destacar é a observação do autor de que, nos primeiros anos da ditadura, uma hegemonia cultural de corte progressista e democrática se aprofundava naqueles segmentos que se opunham ao regime autocrático. No entanto, nos anos subsequentes, o *golpe* impôs “um curso político ao ‘mundo da cultura’: as conexões deste com o movimento político social das classes subalternas foram interrompidas” (Netto, 2011a, p. 79). Assim, aquela hegemonia cultural progressista e

democrática sofreu uma inflexão para baixo. Para o referido autor, neste momento, política e cultura passaram a embaralhar-se, pois “a impossibilidade de fazer política, posta a ditadura, não engendrou somente a politização da cultura – a cultura converteu-se em sucedâneo e substitutivo da política” e o “ato de cultura passou a ser, imediatamente, o ato contra o regime político” (Netto, 2011a, p. 80). Por estas trilhas, o cerco ao mundo da cultura, segundo Netto (2011a), provocou a emergência de uma “matriz irracionalista no mundo da cultura”:

Quase imperceptivelmente, a princípio, depois de modo evidente (e tanto mais vigoroso quanto mais fica explícito o projeto “modernizador” do regime), começa a instalar-se no circuito cultural uma matriz irracionalista: a impermeabilidade da realidade sociopolítica aos influxos das demandas expressas pela manifestação cultural começa a dar lugar a um sentimento de impotência nos protagonistas culturais; se à razão da cultura não equivale a razão da sociedade – como parece mostrar a marcha da ditadura – é porque ambas as razões são ineptas. A pouco e pouco, como a cultura se revela incapaz de incidir sobre a sociedade tal como projetavam seus autores, a falência (aparente) da razão política antiditatorial é convertida em falência (efetiva) da razão e da cultura. A falta de perspectivas políticas em face da ditadura transfere-se, dado que a atividade cultural fora posta como sucedâneo da ação política, para o domínio da cultura (Netto, 2011a, p. 80, grifo nosso).

No entanto, esse *veio irracionalista* na cultura brasileiromente se apresenta em seus traços mais característicos entre 1968 e 1969. É, pois, com o AI-5 que o “regime reacionário” transita para o regime “militar-fascista” que, por sua vez, instaura “um terrorismo cultural sistemático” (Netto, 2011a, p. 80–82). Desse modo, tal regime reforça mecanismos repressivos sobre a sociedade e, principalmente, passa a *combater* determinados grupos que haviam transitado para a *oposição armada*.

Mas além do combate a tais segmentos armados, outro importante objetivo do regime foi combater o *bloco cultural que havia inspirado* tais segmentos. Neste sentido, a contenção do “mundo da cultura” — anteriormente expressa — (entre 1964 e 1968) foi substituída por seu desmantelamento, de tal modo que de 1968/69 até 1974/75, instaurou-se o que Netto (2011a, p. 82–83) chamou de “*vazio cultural*”, salvo poucas resistências. Nesse bojo, as *correntes irracionalistas* na cultura adquiriram ponderação de monta (especificamente de 1968/69 até 1972).

No entanto, uma política cultural de corte “positivo” (o “promocionalismo”) passa a ser impulsionada na abertura dos anos setenta, ainda no seio daquele *vazio* (Netto, 2011a, p. 84). Por um lado, havia a intenção de suprimir os contributos da hegemonia cultural progressista e democrática vigente até o primeiro lustro da década de 1960; por outro, e de forma concomitante, promoviam-se ativamente tendências alternativas a essa hegemonia. Por estas trilhas, efetiva-se uma revisão do passado com o intento de desqualificá-lo “em proveito de um radicalismo abstrato ou de vertentes estético-culturais que eludiam a questão central do realismo artístico” (Netto, 2011a, p. 85). É nesse espaço configurado pelo *vazio cultural* que o referido autor afirma haver uma *ampliação do pensamento heideggeriano na universidade*. Tratava-se de um existencialismo não de combate, “mas de uma perspectiva que, no limite, conjuga-se com o desesperado capitulacionismo que, em nível chão, a contracultura expressa” (Netto, 2011a, p. 85).

Todavia, apesar da presença de influências de perspectivas irracionaisistas, Netto (2011a) sinaliza que, nos anos do referido *vazio*, igualmente se adensa e avança *uma nova corrente racionalista* — mas que contribui “à cruzada desideologizante’ que marca o período e que é tolerada pelo regime autocrático burguês” (Netto, 2011a, p. 86). De acordo com o referido autor, essa corrente não pode ser identificada com o racionalismo tradicional do positivismo, mas se trata de uma corrente inédita no país, e que permeia principalmente a universidade — com fortes ingerências europeias, essencialmente francesas. Em termos claros, *trata-se do pensamento estruturalista*.

*A avalanche estruturalista sobre a cultura brasileira posterior a 1964, mas adensada nos imediatos desdobramentos do AI-5, praticamente não se defrontou com resistências ponderáveis – e não por razões intelectuais, mas sobretudo porque se operou em condições nas quais o debate franco e aberto estava efetivamente interdito. Sem entrar na discussão interna do pensamento estruturalista – esta típica manifestação do neopositivismo –, cabe assinalar que ele constituiu o eixo do que mais atuante subsistiu no âmbito acadêmico, dos anos do *vazio cultural* à emergência clara da crise da autocracia burguesa. E sua voga comportou elementos indispensavelmente positivos – entre os quais, ressalte-se, uma valorização do rigor analítico em detrimento dos impressionismos e um renovado interesse por áreas do saber até então pouco contempladas pela atenção intelectual (por exemplo, os estudos linguísticos). Seu papel ideal mais saliente, entretanto, foi a função “desideologizante” que desempenhou: dadas as suas características neopositivistas (o anti-historicismo, o formalismo, o epistemologismo) e dadas as condições socio-históricas em que hegemonizou os segmentos intelectuais progressistas, basicamente no interior da universidade, o estruturalismo contribuiu eficazmente no Brasil para neutralizar os vetores críticos (e crítico-dialéticos) do mundo da cultura. Especialmente na escala em que nutriu amplamente o “marxismo acadêmico” (e, aqui, a influência da obra de Althusser ainda requer uma análise cuidadosa), ele respondeu por uma cultura de esquerda inteiramente asséptica – descontada, naturalmente, uma “leitura científica” de Marx que o tornava palatável a uma infinita gama de gostos. Justamente esta funcionalidade do pensamento estruturalista (que, ademais, enquanto racionalismo limitado, abre flanco a uma “complementação” irracionalista) esclarece a tolerância e, em muitos casos, o estímulo de que ele desfrutou nos piores anos da ditadura (Netto, 2011a, p. 88, grifo nosso).*

Contudo, além de configurar um ambiente mais propício tanto a correntes de cunho irracionalista, à la Heidegger, quanto à vertente “racionalista”, à la Althusser, é necessário destacar que o chamado período do *vazio* também continha o embrião de outro polo da política cultural da ditadura — a saber, sua face “positiva”. Neste sentido, o *Regime de abril* avança no *promocionalismo*: “[...] não só se punha na ordem do dia essa implementação como, também, já se articulava a sua *formulação sistemática e oficial*” (Netto, 2011a, p. 90). Pela primeira vez, o regime autocrático formulou, de fato, uma programática cultural que se sobrepôs às dimensões mais repressivas — as quais marcaram o período de 1964 a 1968 e, principalmente, de 1969 a 1973. Contudo, nesse momento, a própria ditadura já começava a experimentar seu fim gradativo (Netto, 2011a, p. 93).

Cabe ainda ressaltar que, no contexto da ascensão do estruturalismo na universidade brasileira, o marxismo althusseriano consolidou-se como uma vertente no interior da tradição marxista, exercendo influência em diversos cursos universitários — inclusive, ainda que de forma menos direta, no próprio Serviço Social. Nesse contexto, a aproximação de alguns estudiosos do Serviço Social à vertente estruturalista ocorreu, em

grande medida, pela busca de subsídios teóricos em determinados pensadores e divulgadores — entendidos como “referências teóricas” —, especialmente vinculados às chamadas Ciências Sociais, notadamente nos cursos de pós-graduação, ao longo da década de 1970, dentro e/ou fora do Brasil. Exemplo notável é o caso de Ana Maria Quiroga e Leila Lima Santos que, na condição de lideranças da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) — atualmente Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) —, estavam fortemente influenciadas pelos escritos althusserianos, sobretudo *Pour Marx* (Silva, 1991).

Leila Lima Santos teve parte de sua formação intelectual marcada pela influência do contexto francês dos anos 1960, uma vez que esteve inserida no programa de pós-graduação em Sociologia, na Sorbonne, especificamente no Instituto de Ciências Sociais do Trabalho da Universidade de Paris, entre 1966 e 1969. Não por acaso, entre os caminhos que levaram à influência althusseriana nas formulações do Método BH, destaca-se a experiência de Leila Lima durante seus estudos na França. Em entrevista concedida à Silva (1991), além de reconhecer as influências de Marta Harnecker, Leila Lima afirma:

[...] nós líamos mesmo; nós líamos... A Ana [Maria Quiroga] e eu, então, nós estudamos bastante Althusser e tudo... [...] a gente estava lendo e estava influenciada – e era um pouco isso que a gente estava falando, os modismos teóricos do momento, a conjuntura de moda também teórica, que sempre tem; [...] “Quem não lia Althusser na época da Escola de Serviço Social estava... por fora! Então quer dizer, é também uma expressão da conjuntura (Silva, 1991, p. 296).

Também, em entrevista concedida a Silva (1991, p. 298), Ana Maria Quiroga afirma que, no Método BH, “[...] o grande autor é Althusser [...]”; porém, atesta também as influências do marxismo da União Soviética, de Mao-Tse-Tung, dentre outros.

Serviço Social e Marxismos: interlocuções entre assistentes sociais e a obra seminal de Karl Marx

Com base na trajetória do marxismo na realidade brasileira, é possível delinear uma breve compreensão acerca de como o Serviço Social entrou em contato — e, por vezes, em confronto — com distintas vertentes da tradição marxista, sempre condicionado pelas possibilidades concretas impostas pelas determinações socio-históricas do país. Diversos autores, aos quais os assistentes sociais (professores e estudiosos da área) recorreram como referências teóricas, provinham, por exemplo, do campo do marxismo vinculado à II e III Internacionais, do althusserianismo ou mesmo do maoísmo — influenciados, nesse processo, pelos pesos e filtros dos movimentos sociais político-partidários e/ou das modas acadêmicas.

A aproximação do Serviço Social, nas décadas de 1960 e 1970, a distintas vertentes da tradição marxista efetivou-se, portanto, de maneira problemática, na medida em que a categoria profissional passou a se apropriar de correntes que, em si mesmas, já apresentavam significativas distorções ou contrafações teóricas (Dutra, 2018). Além disso, existiam diversos elementos objetivos — de ordem histórica e social — que impediam ou dificultavam que a categoria profissional identificasse os problemas presentes em tais “marxismos”, inviabilizando, assim, a possibilidade de questioná-los de maneira crítica.

Tem-se, nesse contexto, a ausência de tradições intelectuais consolidadas na profissão; os constrangimentos impostos pela autocracia burguesa à circulação de determinadas ideias e obras marxianas e marxistas; a hegemonia conservadora de amplos setores do Serviço Social; a histórica perseguição aos comunistas no Brasil desde o início do século XX; além da escassez de traduções — em língua portuguesa e com qualidade adequada — de textos marxistas e marxianos, entre outros.

Por estas vias, o movimento de reconceitualização — processo de questionamentos e crítica do Serviço Social tradicional em diversos países da América Latina (1965-1975) (Netto, 2011a) — aproximou-se de diversos marxismos, contudo, “sem Marx”, o que resultou em um forte ecletismo que também abriu caminhos para ingerências (neo)positivistas no próprio discurso marxista do Serviço Social (Quiroga, 1991). Traços ecléticos que se potencializaram na medida em que o Serviço Social, historicamente, mostrava-se carregado de elementos com raízes conservadoras e positivistas (Iamamoto, 2008, p. 211–212). Essa aproximação se engendra

[...] predominantemente por manuais de divulgação do “marxismo oficial”. Aliou-se a isso a contribuição de autores “descobertos” pela militância política, como Lênin, Trotsky, Mao, Guevara – cujas produções foram seletivamente apropriadas, numa óptica utilitária, em função de exigências prático-imediatas, prescindindo-se de qualquer avaliação crítica. [Posteriormente] A esse universo teórico eclético, soma-se, ainda, pela via predominantemente acadêmica, rudimentos do estruturalismo marxista de Althusser, em especial suas análises dos “aparelhos ideológicos do Estado” e seu debate sobre a “prática teórica” (Iamamoto, 2008, p. 211).

Portanto, no *plano da ação*, o Serviço Social e o marxismo se relacionaram por meio do “[...] *militantismo político-partidário* e no *campo da teoria pela vulgarização marxista e de rudimentos do estruturalismo marxista althusseriano*, numa relação utilitária e pragmática com o conhecimento, tendo em vista a ação profissional imediata” (Iamamoto, 2008, p. 223–224, grifo nosso). Nessa conjuntura, os encontros do Serviço Social com a tradição marxista ocorreram por caminhos teóricos diversos — e, frequentemente, carentes de fundamentos rigorosos.

Como expusemos em outro estudo (Dutra, 2018), o Serviço Social brasileiro, inicialmente, aproximou-se de vertentes da tradição marxista a partir das décadas de 1960 e 1970. Essa aproximação concretizou-se por meio da atuação de estudantes, profissionais e docentes que, de alguma forma, estiveram vinculados à militância político-partidária, sobretudo de orientação católica — como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC), o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Ação Popular (AP) —, e posteriormente, ainda que em menor escala, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Contudo, conforme as análises de Netto (2011a), nas primeiras aproximações observa-se a ausência de uma sistematização consistente, sobretudo até o limite cronológico de sua pesquisa. Desse modo, o autor afirma: “À falta de um levantamento mínimo das várias iniciativas na linha de ruptura, estamos nos atendo somente àquela explicitação que foi efetivamente representativa e decisiva” (Netto, 2011a, p. 263). Logo, o próprio autor reconheceu a baixa densidade investigativa sobre o tema. Isso, entretanto, não descredibiliza a importância da referida aproximação, ainda que tal movimento demande

maior aprofundamento investigativo. Já no segundo momento, correspondente ao denominado Método BH, evidencia-se de forma mais consistente uma elaboração teórica que expressa “[...] um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo profissional” (Iamamoto, 2015, p. 237–238), embora também se mostre marcada por contradições e impasses de fundo no que concerne à apropriação de insumos marxistas.

Após a experiência belo-horizontina, Netto (2011a) evidencia outro momento — marcado pela “consolidação acadêmica” da perspectiva de *intenção de ruptura* — em que passa a predominar o chamado *marxismo acadêmico*. E este, no marco da transição “democrática”, consegue subsidiar suas análises através de elaborações teóricas originais, inclusive, com a retomada de autores “clássicos” (Netto, 2011a). Entretanto, Netto (2011a) subdivide esse novo movimento de aproximação em dois patamares distintos: o primeiro ocorre no período pós “Método BH” — situado entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980 —, também caracterizado por fortes traços de “redução epistemologista”; o segundo consolida-se com a produção de Iamamoto (1982), parcialmente publicada em Iamamoto e Carvalho (2010), a qual representa a primeira *incorporação bem-sucedida*, no debate brasileiro, da fonte “clássica” da tradição marxista voltada à compreensão crítica do Serviço Social (Netto, 2011a, p. 269–276).

Desse modo, as primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista foram atravessadas por equívocos tanto de ordem teórica quanto prática. No entanto, foi justamente a partir dessas experiências que se gestaram os fundamentos da ruptura política (mas não só) com o conservadorismo profissional (Quiroga, 1991, p. 88).

Nesse processo, o Serviço Social foi, gradativamente, gestando uma massa crítica que o conduziu a um amadurecimento intelectual ao final do regime ditatorial. Para isso, contou com determinados elementos “proporcionados” de forma compulsória pelo próprio Estado autoritário, como a Reforma Universitária — impulsionada sob o discurso oficial de uma *modernização* (conservadora) voltada ao desenvolvimento. Assim, para produzir profissionais “modernos”, a política educacional da ditadura adquiriu protagonismo. Ainda que por caminhos autoritários, ela modificou os mecanismos da formação profissional de assistentes sociais realizando uma expansão e refuncionalização/laicização das agências de formação. Nesse processo, no contexto da autocracia burguesa, “[...] o ensino de Serviço Social” [foi] inserido ‘no âmbito universitário’” (Netto, 2011a, p. 124–125) e, em pouco tempo, a formação profissional precisou adequar-se tanto a exigências formais próprias da academia quanto às imposições estabelecidas pela própria autocracia burguesa à universidade.

A parca aproximação com as ciências sociais na década de 1950 — aproximação, no mínimo, problemática, pois o próprio marxismo foi incorporado como disciplina isolada pelas ciências sociais (Netto, 1989, p. 95–96) — só foi efetivamente concretizada no contexto da autocracia burguesa. Nesse momento, o Serviço Social recebeu influências da psicologia, da sociologia e da antropologia. Por estas trilhas, gradativamente, desconstrói-se a histórica ausência de tradições intelectuais e investigativas. No entanto, essa mesma formação também foi permeada, principalmente, por aquelas *disciplinas sociais* permitidas e/ou impulsionadas pelo quadro imposto pelo regime autocrático burguês e por seu viés tecnocrático (Netto, 2011a, p. 126). Contudo, contraditoriamente — e é de suma

importância salientar —, a própria autocracia burguesa, ao gestar algumas das condições para a renovação do Serviço Social brasileiro (1960-1980), como, por exemplo, sua inserção na universidade e a laicização, criou, concomitantemente, um espaço favorável ao surgimento de práticas e/ou concepções contrapostas aos seus interesses e/ou às suas demandas.

Assim, se por um lado, em meados da década de 1970, constituiu-se um acervo significativo de elaborações teóricas sobre a profissão, impulsionado pela inserção do Serviço Social na universidade pública, por outro, essa mesma inserção nos quadros universitários proporcionou condições favoráveis ao desenvolvimento de debates “teórico-metodológicos e crítico-analíticos” que passaram a questionar as bases da própria autocracia burguesa. Ou seja, a autocracia “proporcionou” um espaço de aproximação do Serviço Social com debates teórico-metodológicos, sem os quais, para Netto (2011a), a profissão não poderia nem gestar uma massa crítica, nem atender às requisições modernizadoras da ditadura civil-militar (Netto, 2011a, p. 129–130).

Considerações finais

Como pudemos observar, a chegada das ideias socialistas à América Latina ocorreu de forma tardia e, sobretudo, em uma conjuntura marcada pela influência de concepções soviéticas do marxismo, particularmente do chamado marxismo-leninismo. Desse modo, as influências de marxistas da II e da III Internacionais incidiram sobre determinados segmentos latino-americanos e, no contexto brasileiro, sobre grupos vinculados à militância político-partidária, sobretudo a partir do regime autocrático burguês.

Os “marxismos” filtrados por esses grupos, por conseguinte, repercutiram, em um primeiro momento, sobre parcelas da categoria profissional dos assistentes sociais. No entanto, com a consolidação do regime autocrático burguês, estabeleceu-se um ambiente favorável ao desenvolvimento do chamado *marxismo acadêmico*, o qual, também contaminado pelo (neo)positivismo, influenciou determinados segmentos do Serviço Social. Por fim, a partir da década de 1980, inaugurou-se, no interior da categoria profissional, um debate qualitativamente mais elaborado com a teoria marxiana e marxista.

Importa observar que, ao vincular-se à universidade e atravessar um processo de laicização, o Serviço Social foi compelido a incorporar as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, o que resultou em avanços qualitativos na produção científica, especialmente com a criação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* — sabe-se que, embora com problemas de fundo, no período autocrático houve uma expansão sem precedentes do ensino pós-graduado no país. Além desse avanço, o Serviço Social passou, paulatinamente, a dialogar com outras áreas do saber, ampliando seu quadro docente e conquistando reconhecimento por parte de entidades de fomento à pesquisa. Desse modo, com o avançar do processo de redemocratização do país, consolidaram-se as condições socio-históricas necessárias ao amadurecimento acadêmico-profissional da categoria.

Referências

DUTRA, Silmai L. N. Revisitando a aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista (1960-1982). **Em Pauta**, v. 16, n. 41, p. 171-187, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2018.36694>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/36694/26323>. Acesso em: 1 ago. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela.; CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Peru: Celats, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. In: CARDOSO, I. C. C; MÔNICA. M. J. Revisitando um clássico da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista. **Revista Em Pauta**, n.35, v.13, p. 225-247. Rio de Janeiro, UERJ. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Legitimidade e crise do Serviço Social**: um ensaio de interpretação sociológica da profissão. 1982. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1982. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11145/tde-20220208-015830/en.php>. Acesso em: 1 mai. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

NETTO, José Paulo. **Nota sobre o marxismo na América Latina**. In: BRAZ, Marcelo (org.). José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017, p. 254-277.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, n. 30, 1989. Disponível em: https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/2022-1/disciplinas/servico-social-2/texto-2/o%20servico%20social%20e%20a%20tradicao%20marxista.pdf/at_download/file. Acesso em: 15 ago. 2015.

NETTO, José P. Relendo a teoria marxista da História. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 4., 1997, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp; HISTEDBR, 1997. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/10/Teoria-social-JP-Netto.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

NETTO, José Paulo. **Uma pequena história da ditadura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão Positivista no Marxismo**: manifestações no ensino no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Lídia M. M. R. da. **Aproximação do Serviço Social à tradição marxista**: caminhos e descaminhos. 1991. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1999.

Submetido em: 20/10/2025

Revisto em: 5/1/2026

Aceito em: 7/1/2026